

Há reações contra o “pacote” até no PDS

Da sucursal de
BRASÍLIA

Duas perguntas tomam conta da Nação, às vésperas do deglutir de mais um pacote econômico: se eram necessárias para a superação da crise, por que as medidas a serem anunciamadas até quarta-feira não foram adotadas antes, por exemplo, do pedido de auxílio do Brasil ao Fundo Monetário Internacional? Por outro lado, quem garante sua eficiência, se não houve consulta, discussão ou debate com nenhum segmento social, definidas as iniciativas nos laboratórios secretos da tecnocracia?

Por essas razões, vive-se um fim de semana diferente, na Capital federal. A subserviência, a apatia e o fatalismo que em vezes anteriores marcavam a reação da classe política diante de pacotes como o atual acaba de ceder lugar a um inegável sentimento de exaustão, de basta e de revolta. E não se fala apenas das oposições, tradicionalmente propensas ao direito de espernejar. É no PDS que também se registram expressões de irritação e perplexidade. Alguns, com a cautela necessária ao exercício de suas funções, como o senador José Sarney e o deputado Prisco Viana, presidente e secretário-geral do partido, e outros menos preocupados com as consequências de sua explosão, à maneira do senador Nilo Coelho — todos se mostram inconformados e dispostos a algum tipo de ação política. Ressentem-se de não haver sido convocados para opinar a respeito de iniciativas que em breve atingirão o País inteiro, recaindo seus efeitos sobre a vida de cada cidadão, de maneira restritiva. Afinal, muito mais do que os tecnocratas, os políticos são os representantes do povo. Poderiam, mesmo com humildade, ter dado alguma colaboração. Contribuído com o subsídio da experiência e do conhecimento detalhado de necessidades, hábitos e idiossincrasias das diversas camadas da população. Ajudado a selecionar ou a minorar impactos negativos.

O pior é que, não sendo chamados para participar da elaboração das medidas, sequer foram delas participados, até o momento. Ignoram, a não ser pelas informações de jornal, quais as iniciativas teoricamente destinadas a promover uma das mais formidáveis reviravoltas na economia nacional, a serem verdadeiras as especulações de uns e as intenções de outros. Mais do que ofendidos pessoalmente, os líderes e dirigentes pedestristas demonstram sua mágoa por conta do sigilo imposto à sociedade inteira. Nem os empresários nem as associações de classe, patronais ou sindicais, ninguém opinou e ninguém recebeu a menor informação.

A tendência, assim, no PDS e fora dele, é de considerar o pacote como coisa do governo. Não dar a ele respaldo e embasamento político, quando começarem os reclamos e as explosões decorrentes de sua aplicação. Se o empresariado rural sair para as ruas protestando contra o corte dos subsídios para a lavoura, os tecnocratas que tratem de aplacá-lo. E de resolver seus problemas, pois o máximo que o PDS fará, e, mesmo assim, na dependência de acontecimentos futuros, será não sair na frente dos inconformados. Não puxar a fila. Valerá o mesmo raciocínio para as agruras das classes menos favorecidas, quando, por exemplo, o preço do pão triplicar e os gêneros de primeira necessidade dispararem outra vez por conta do fim dos subsídios ao trigo e ao petróleo. Apelos à população para que aceite mais uma rodada de sacrifícios, “agora os últimos, pois a recuperação virá”, que os façam

tecnocracia, se puder. Não o partido posto à margem de tudo, apesar dos tempos novos de abertura política.

Até agora o PDS tem preservado a figura do general João Figueiredo, concentrando decepções e críticas semelhantes nos tecnocratas. Mas não restam dúvidas de estar próximo, sendo o desenlace, ao menos, paradoxalmente, o afastamento. O reconhecimento público de que o presidente é o maior responsável pela marginalização da classe política nas decisões de seu governo. Os tecnocratas são envolventes, mafiosos e eficazes, quando se trata de concentrar ou manter concentrado o poder em suas mãos, mas nada conseguiram se encontrassem em Figueiredo uma barreira férrea. Tal não acontece. Pelo contrário, não são poucos os interlocutores que deixam o seu gabinete horrorizados com as referências ouvidas sobre “os políticos”. A mentalidade do general-presidente parece a mesma verificada em todo o estamento militar nos idos de 1964, quando, por culpa própria evidente, os políticos acabaram apeados do poder. Muita água passou até aqui, sem que o presidente se tenha dado conta, pois, afinal, se aos políticos se debitaram os ônus pela crise anterior à Revolução, o que dizer dos débitos posteriores? Não terão os militares, assim como os tecnocratas, faltado muito mais? E nem se chega à necessidade de compararmos números, como, por exemplo, os da inflação e da dívida externa. Nos tempos de João Goulart, o máximo que aquela alcançou foi 75% e esta chegou, para estremecimento geral, a algumas dezenas de milhões de dólares. Nem vale a pena citar as cifras atuais e suas previsões, em nome do que se perpetrará mais um pacote.

Em suma, e numa hora em que precisa reunir todo o apoio partidário possível para conduzir a sucessão conforme suas conveniências, defronta-se o general João Figueiredo com uma perspectiva a mais de desagregação política. O seu pano de fundo continua submetido aos mesmos constrangimentos do passado, e, se pensa em reagir, a oportunidade aparecerá quando se acelerar o processo de sondagens e de coordenação para a escolha do candidato oficial.

Gostou

O Palácio do Planalto precisaria examinar com cuidado a reação de Paulo Maluf ao lançamento de uma chapa contrária à sua, para o diretório do PDS paulista. Com ar de superioridade, o ex-governador exultava ao saber que enfrentaria Paulo Egydio Martins:

“Eu estava como um boxeador solitário postado no ringue, dando socos no vento e sendo contestado em minha capacidade de lutar. Agora, deram-me um sparring, e verão como cheguei rápido ao nocauta”.

Maluf garante que a Chapa Municipalista não alcançará os 20% necessários para dispor de representação na convenção nacional do partido. Se obtiver êxito, derrotando o antecessor, como ficará o professor Leitão de Abreu, ideólogo da manobra?

Novidades

Há quem suponha a iminência de novidades no PMDB. Nada que atinja pessoalmente o deputado Ulysses Guimarães ou sua presidência, mas algo parecido, guardadas as proporções, com o movimento que, dez anos atrás, dinamizou o partido, através dos “auténticos”. Procura-se, por enquanto, um rótulo capaz de chamar a atenção e exprimir os anseios de razoável fração do partido de ação política mais contundente e eficaz do que a hoje desenvolvida.

C.C.